



CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL)
MENSAGEM Nº 17/92

ASSUNTO:

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (~~ART. 54~~); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO. (ART. 54)

À COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO em 23 de MARÇO de 19 92

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado José Falcão, em 25/3 19 92

O Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 ____

O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 2592 DE 19 92



Em 17 / 03 / 92.

Presidente

Supremo Tribunal Federal

Projeto de Lei nº

PROJETO DE LEI 2592/92

Dispõe sobre os vencimentos dos
Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º O vencimento básico dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de 1º de novembro de 1991, é fixado em Cr\$ 1.615.670,00 (Hum milhão, seiscentos e quinze mil, seiscentos e setenta cruzeiros).

Parágrafo único. A verba de representação mensal dos Ministros a que se refere este artigo continua a corresponder ao percentual estabelecido pelo Decreto-lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987.

Art. 2º Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior e seu parágrafo único serão reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União.

Art. 3º Aplicam-se aos Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal as disposições constantes desta Lei.

Art. 4º Dos vencimentos previstos no art. 1º e seu parágrafo único e dos proventos de aposentadoria a que se refere o art. 3º, serão deduzidas as parcelas correspondentes, auferidas, desde 1º de novembro de 1991, com base na legislação vigente.

Art. 5º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da União.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em de de 1992; 171º da Independência e 104º da República.



Supremo Tribunal Federal

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal estipulou, em seu art. 37, XI, que a lei fixará o limite máximo de remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos Poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal.

A Constituição estabelece, de outra parte, em seu art. 39, § 1º, que a lei assegurará isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de trabalho.

O princípio da isonomia entre servidores dos três Poderes, ocupantes de cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, pressupõe que os limites máximos, a que se refere o citado art. 37, XI, guardem, entre si, relação de equivalência. Elevado o limite máximo em um Poder, cumpre ajustar os limites máximos dos outros Poderes, em ordem a que o princípio da isonomia, entre servidores dos três Poderes da República, opere, na conformidade do espírito e sistema da nova ordem constitucional.

2. Da aplicação do disposto nas Resoluções nº 17, de 16 de dezembro de 1991, da Câmara dos Deputados e nº 85, de 17 de dezembro de 1991, do Senado Federal, resultaram, para os membros do Congresso Nacional, subsídios no valor de Cr\$ 3.056.709,73 e representação no valor de Cr\$ 2.145.748,32, somando Cr\$ 5.202.458,05, em cifras referentes ao mês de novembro do ano próximo passado.

Reproduz-se, assim, a situação contemplada na justificativa que este Tribunal enviou à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 02/88-G, de 1º de dezembro de 1988, acompanhando o projeto que se converteu na Lei nº 7.721, de 6 de janeiro de 1989.

Então como agora, para tornar viável a plena execução do estatuído no art. 37, incisos XI e XII, e o art. 39, § 1º, da Constituição Federal, em virtude das já mencionadas Resoluções da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, justifica-se a proposta constante do art. 1º e parágrafo único do Projeto, no sentido da fixação dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em



Supremo Tribunal Federal

valores que guardam correspondência com o estabelecido para os membros do Congresso Nacional.

3. Quanto à fixação dos vencimentos dos demais cargos da magistratura federal, o Supremo Tribunal Federal abstém-se de formular proposta, tendo em vista a competência privativa dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, prevista no art. 96, II, "b", da Constituição.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELO AUTOR



DECRETO-LEI N. 2.371 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre os vencimentos e a representação mensal devida aos servidores que especifica, e dá outras providências

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os vencimentos e a representação mensal devida aos ocupantes dos cargos de natureza especial e aos membros do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União são os especificados nos Anexos deste Decreto-Lei.

Art. 2.º O atual valor da vantagem pecuniária a que se refere a Lei n. 7.374 ⁽¹⁾, de 30 de setembro de 1985, fica reajustado em 32,2% (trinta e dois vírgula dois por cento).

Art. 3.º O deferimento da gratificação a que se refere o Decreto-Lei n. 2.357 ⁽²⁾, de 28 de agosto de 1987, com as alterações feitas pelos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei n. 2.365 ⁽³⁾, de 27 de outubro de 1987, é estendido aos funcionários pertencentes à categoria funcional de Fiscal de Contribuições Previdenciárias do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização, instituído na conformidade da Lei n. 5.645 ⁽⁴⁾, de 10 de dezembro de 1970.

§ 1.º O valor da gratificação a ser deferida aos funcionários posicionados na primeira referência da classe inicial da categoria funcional de que trata esse artigo, mediante ato do dirigente do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, é fixado em Cz\$ 16.870,00 (dezesseis mil, oitocentos e setenta cruzados).

§ 2.º As demais gratificações serão determinadas mediante a variação do valor fixado neste artigo, à razão de 5% (cinco por cento), em relação às referências anteriores.

Art. 4.º Os efeitos financeiros decorrentes do disposto nos artigos anteriores vigoram a partir de 1.º de outubro de 1987.

Art. 5.º Os vencimentos, proventos e benefícios devidos aos servidores de que trata este Decreto-Lei, bem como as pensões serão reajustados em 11,1% (onze vírgula um por cento), a partir de 1.º de janeiro de 1988, sem prejuízo do reajustamento previsto no artigo 8.º do Decreto-Lei n. 2.335 ⁽⁵⁾, de 12 de junho de 1987.

Art. 6.º Na aplicação deste Decreto-Lei será observado o disposto no Decreto-Lei n. 2.355 ⁽⁶⁾, de 27 de agosto de 1987.

Art. 7.º A despesa decorrente da execução do disposto neste Decreto-Lei correrá à conta das dotações do Orçamento Geral da União.

Art. 8.º Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República.

Luiz Carlos Bresser Pereira.

Aluizio Alves.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEI N.º 7.721 — DE 6 DE JANEIRO DE 1989

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O vencimento básico dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de 6 de outubro de 1988, é fixado no valor de Cz\$ 828.250,00 (oitocentos e vinte e oito mil e duzentos e cinquenta cruzados).

Parágrafo único. A verba de representação mensal dos Ministros a que se refere este artigo continua a corresponder ao percentual estabelecido pelo Decreto-Lei n. 2.371 (1), de 18 de novembro de 1987.

Art. 2.º A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada na base de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço, sobre o vencimento básico e a representação.

§ 1.º Para a gratificação adicional de que trata este artigo, será computado o tempo de advocacia, até o máximo de 15 (quinze) anos, desde que não concomitante com o tempo de serviço público.

§ 2.º A remuneração dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, considerado o básico, a verba de representação e vantagens pessoais (adicionais por tempo de serviço), não poderá ultrapassar o limite previsto no artigo 37, inciso XII, da Constituição Federal.

Art. 3.º (Vetado).

Art. 4.º Aplicam-se aos Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal as disposições constantes desta Lei.

Art. 5.º Os vencimentos e vantagens fixados nesta Lei vigorarão a partir de 6 de outubro de 1988, deduzidas as parcelas correspondentes auferidas, desde então, com base na legislação vigente.

Art. 6.º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento da União.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se o Decreto-Lei n. 2.019 (2), de 28 de março de 1983, e demais disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República.

Paulo Brossard.



CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

Título III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capítulo VII

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XI — a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;

XII — os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

Seção II

Dos Servidores Públicos Cíveis

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Título IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

**Capítulo III
DO PODER JUDICIÁRIO**

**Seção I
Disposições Gerais**

Art. 96. Compete privativamente:

II — ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juizes que lhes forem vinculados;



Supremo Tribunal Federal

PROJETO DE LEI Nº

Dispõe sobre os vencimentos dos
Membros do Supremo Tribunal Federal.

Membros

Art. 1º O vencimento básico dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de 6 de outubro de 1988, é fixado no valor de Cr\$ 828.250,00 (oitocentos e vinte e oito mil e duzentos e cinquenta cruzeiros).

Parágrafo único. A verba de representação mensal dos Ministros a que se refere este artigo continua a corresponder no percentual estabelecido pelo Decreto-lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987.

Art. 2º A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada na base de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço, sobre o vencimento básico e a representação.

Parágrafo único. Para a gratificação adicional de que trata este artigo, será computado o tempo de advocacia, até o máximo de 15 (quinze) anos, desde que não concomitante com o tempo de serviço público.

Art. 3º Os vencimentos previstos no art. 1º e seu parágrafo único serão reajustados, a partir de sua vigência, nas mesmas datas e nos mesmos índices adotados para os servidores da União.

Art. 4º Aplicam-se aos Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal as disposições constantes desta Lei.

Art. 5º Os vencimentos e vantagens fixados nesta Lei vigorarão a partir de 6 de outubro de 1988, deduzidas as parcelas correspondentes anteriores, desde então, com base na legislação vigente.

Art. 6º Revogam-se o Decreto-lei nº 2.019, de 28 de março de 1983 e demais disposições em contrário.

Art. 7º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da União.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em de dezembro de 1988; 167º da Independência
100ª da República.

[Assinatura]



Supremo Tribunal Federal

J U S T I F I C A T I V A

A Constituição Federal, promulgada a 5 de outubro p. passado, estipulou, em seu art. 37, XI, que a lei fixará o limite máximo de remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal.

A Constituição estabelece, de outra parte, em seu art. 39, § 1º, que a lei assegurará isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de trabalho.

O princípio da isonomia entre servidores dos três Poderes, ocupantes de cargos de atribuições iguais ou semelhantes, pressupõe que os limites máximos, a que se refere o citado art. 37, XI, guardem, entre si, relação de equivalência. Elevado o limite máximo em um Poder, cumpre ajustar os limites máximos dos outros Poderes, em ordem a que o princípio da isonomia, entre servidores dos três Poderes da República, opere, na conformidade do espírito e do sistema da nova ordem constitucional.

2. O Decreto Legislativo 72/88, desta data, fixou, para os membros do Congresso Nacional subsídios no valor de CZ\$ 1.566.992,00 e representação no valor de CZ\$ 1.100.000,00, num total de CZ\$ 2.666.992,00, além da ajuda de custo correspondente ao valor da representação, por sessão legislativa.

Para tornar viável a plena execução do disposto no art. 37, Incisos XI e XII, e o art. 39, § 1º, da Constituição Federal, em virtude do referido Decreto Legislativo 72/88, justifica-se a proposta constante do art. 1º e parágrafo único do Projeto, no sentido da fixação dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em valores que guardam correspondência com os estabelecidos para os membros do Congresso Nacional.

3. Cuida, de outra parte, o art. 2º do cômputo da vantagem de caráter individual, assim como prevista no § 1º, in fine; do art. 39, da Constituição Federal, relativa à gratificação por tempo de serviço público, estabelecida para a magistratura, no art. 65, inciso VIII, da Lei Complementar nº 35/1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional).

Prevê-se, nesse dispositivo, que a gratificação adicional por tempo de serviço será devida na base de 5% (cinco por cento) da remuneração, por quinquênio de serviço. Mantém-se, outrossim, no parágrafo único do art. 2º, estipulação, faz muito consagrada, segundo a qual se computará o tempo de exercício da advocacia, até o máximo de quinze (15) anos, desde que não coincida com tempo de serviço público.

Propõe-se, em consequência, no presente Projeto de Lei, a revogação do Decreto-lei nº 2.019, de 29 de março de 1983, que define futura fórmula de cálculo da gratificação adicional por tempo de serviço, aos magistrados a que se refere seu art. 1º.

4. A partir do valor estabelecido no art. 1º do Projeto, para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, cumpre definir-se o escalonamento dos vencimentos dos magistrados federais, tendo em conta o disposto no art. 93, V, da Constituição, que preceitua: "V. Os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das categorias da carreira, não podendo, a título nenhum, exceder os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal." Compõe a carreira da magistratura federal as seguintes categorias:

1) os Ministros dos Tribunais Superiores (Superior Tribunal de Justiça - até a instalação, Tribunal Federal de Recursos; Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior do Trabalho e equiparados aos do primeiro, os Ministros do Tribunal de Contas da União);

2) os Juizes dos Tribunais Regionais Federais (ainda não nomeados), dos Tribunais Regionais do Trabalho, os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, o Auditor Corregedor da Justiça Militar e Auditores do Tribunal de Contas da União;

3) os Juizes Federais, Juizes Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento, Auditores Militares e Juizes de Direito; e

4) os Juizes Federais Substitutos, Juizes do Trabalho Substitutos, Auditores Substitutos e Juizes Substitutos da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Supremo Tribunal Federal



A mesma categoria então equiparada, na forma referida, em cargos mencionados do Tribunal de Contas da União. Para os efeitos da escala de vencimentos, não pode a diferença, que deve existir entre uma e outra categoria, ser, de qualquer sorte, superior a dez por cento (10%).

Embora se reportando aos princípios constitucionais que informam a fixação da escala de vencimentos das várias categorias da Magistratura Federal, o Supremo Tribunal Federal se absteve de formalizar proposta sobre o assunto, em respeito à competência privativa dos demais Tribunais Superiores. Insere no art. 96, b, II, da Constituição Federal.



Dispõe sobre a aplicação de índices de reajustes para execução do disposto no art. 7º do Decreto Legislativo nº 64, de 1990.

Faço saber que o Senado Federal:

Considerando que o art. 7º do Decreto Legislativo nº 64, de 1990, dispõe que a remuneração dos parlamentares será reajustada por Atos das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

considerando que tal artigo determina que os reajustes far-se-ão na mesma data e no mesmo percentual fixado para os servidores da União;

considerando que o Poder Executivo vem concedendo reajustes em percentuais diferenciados, em datas diversas;

considerando os percentuais de reajustes aplicados aos vencimentos dos cargos de Secretários das Secretarias da Presidência da República e outros da mesma hierarquia, no Projeto de Lei nº 2.339-A, de 1991,

RESOLVE, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 35 , DE 1991

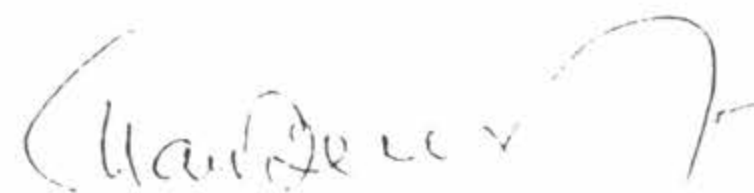
Art. 1º - Para os efeitos do art. 7º do Decreto Legislativo nº 64, de 1990, e aplicação dos índices diferenciados do Projeto,



de Lei nº 2.339-A, de 1991, a Comissão Diretora do Senado Federal fará incidir o percentual de 99,867% sobre a remuneração dos Senadores, vigente em 1º de novembro de 1991.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 1º de novembro de 1991, e revoga, expressamente, a Resolução nº 68, de 10 de dezembro de 1991, do Senado Federal, e demais disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 17 DE DEZEMBRO DE 1991


SENADOR MAURO BENEVIDES
PRESIDENTE

Nota: O Projeto de Lei nº 2.339-A/91 transformou-se
na Lei 8.270 (de 17. XII. 91) → Em anexo



RESOLUÇÃO Nº 17 , DE 1991

Dispõe sobre a aplicação de índices de reajuste para execução do disposto no artigo 7º, do Decreto Legislativo nº 64, de 1990.

Considerando que o art. 7º, do Decreto Legislativo dispõe que a remuneração dos parlamentares será reajustada por Atos das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

Considerando que tal artigo determina que os reajustes se farão na mesma data e no mesmo percentual fixado pelos Servidores da União;

Considerando que o Poder Executivo vem concedendo reajustes em percentuais diferenciados, em datas diversas;

Considerando os percentuais concedidos ao reajuste dos vencimentos dos cargos dos Secretários das Secretarias da Presidência da República e outros da mesma hierarquia, no Projeto de Lei nº 2.539-A, de 1991,

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Para os efeitos do artigo 7º, do Decreto Legislativo nº 64, de 1990, e aplicação dos índices diferenciados do Projeto de Lei nº 2.539-A, de 1991, a Mesa da Câmara dos Deputados fará incidir o percentual de 99,867%.

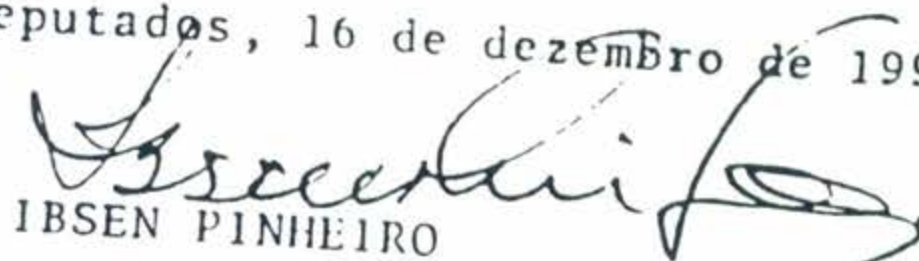
RG



sobre a remuneração dos Deputados vigente em 1º de novembro de 1991.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produz efeitos desde 1º de novembro de 1991, e revoga, expressamente a Resolução nº 16, de 5 de dezembro de 1991, e demais disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, 16 de dezembro de 1991


IBSEN PINHEIRO
Presidente



Supremo Tribunal Federal



Mensagem nº 17/92-P

Brasília, 17 de março de 1992.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a apreciação do Congresso Nacional, nos termos do art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição, o anexo Projeto de Lei, que dispõe sobre a fixação de vencimentos dos membros do Supremo Tribunal Federal, acompanhado da respectiva justificativa.

Valho-me da oportunidade para reafirmar a Vossa Excelência protestos de alta consideração.

Ministro **SYDNEY SANCHES**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado **IBSEN PINHEIRO**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
BRASÍLIA-DF

SECRETARIA - GERAL DA ME	
Recebido	
Orgão	Presidência
Data: 17.3.92	Hora: 17:55



Supremo Tribunal Federal

Of. GP nº 20/92

Brasília, 26 de março de 1992.

Senhor Presidente.

Em aditamento à mensagem nº 17/92, que encaminhou Projeto de Lei de fixação de vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, solicito a Vossa Excelência se digne introduzir alteração ao art. 3º, conforme consta do anexo.

Valho-me da oportunidade para reafirmar a Vossa Excelência protestos de alta consideração.

Ministro **SYDNEY SANCHES**

Presidente do

Supremo Tribunal Federal

Excelentíssimo Senhor
Deputado **IBSEN PINHEIRO**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
BRASILIA - DF

Reubo como alteraço da propos-
ta imcial.

em 26.3.92



Presidente

Supremo Tribunal Federal

Proposta de alteração do Projeto de Lei
encaminhado ao Congresso Nacional pela
Mensagem nº 17, de 17.03.1992, dispondo
sobre os vencimentos dos Ministros do
Supremo Tribunal Federal.

Art. 1º. Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

.....

"Art. 3º. Aplicam-se aos Ministros aposentados do
Supremo Tribunal Federal e aos beneficiários dos falecidos as
disposições constantes desta Lei."

J U S T I F I C A T I V A

A redação original do art. 3º do Projeto de Lei
omitiu, por inadvertência, a extensão do reajuste aos beneficiá-
rios dos ministros falecidos (parágrafo 2º do art. 201 da Consti-
tuição Federal e artigos 185, parágrafo 1º, e 224 da Lei nº
8.112, de 11.12.1990).

PROJETO DE LEI nº 2.592, de 1992 .

Relator : Dep. Nilson Gibson (PMDB-Pe.)

Autor : SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .

RELATORIO

O ilustre Senhor Sydney Sanches, DD. Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos termos do alínea "b" , inciso II, do art. 96 enviou à Câmara dos Deputados , proposição fixando vencimentos dos Membros do Supremo Tribunal Federal .

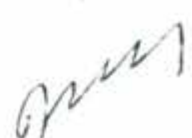
A proposta justifica que a Constituição Federal dispõe, em seu art. 37, XI, que a lei fixará o limite / máximo de remuneração dos servidores públicos, observados , como limites máximos e no âmbito dos respectivos Poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por Membros do Judiciário, Ministros de Estado .

Ainda, a Constituição estabelece , em seu § 1º, do art. 39, que a lei assegurará isonomia de vencimentos / para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo , ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de trabalho .

O princípio da isonomia entre servidores dos três Poderes, ocupantes de cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, pressupõe que os limites máximos, a que se refere o referido inciso XI, do art. 37, guardem / entre si, relação de equivalência. Elevado o limite máximo em um Poder, cumpre ajustar os limites máximos dos outros Poderes, em ordem a que o princípio da isonomia, entre servidores do Legislativo, Judiciário e Executivo, opere, na conformidade do espírito e sistema da nova ordem constitucional.

Pretende o Supremo Tribunal Federal / através da proposta a fixação dos vencimentos dos Ministros, em valores que guardem correspondência com o estabelecido para o Congresso Nacional, aplicado os dispostos / nas Resoluções nº 17, de 16/12/91 da Câmara dos Deputados e nº 85, de 17/12/91, do Senado Federal, Adotando, segundo o entendimento da justificativa que o STF formalizou, na Mensagem nº 02/88-G, de 1º de dezembro de 1988, acompanhando o projeto que se converteu na Lei nº 7.721, de 06/01/1989.

É mister salientar que os Ministros / do Supremo Tribunal Federal passarão a ganhar até CR\$17 milhões, evidentemente, mais do que os Parlamentares. A Constituição prevê equiparação com o Legislativo, inclusive, reativo a novembro, em virtude dos Magistrados tiveram o reajuste de 35% concedido aos servidores, os Parlamentares, ganharam aumento de 99,867%, fundamentado na remuneração



então fixada para os Titulares das Secretarias da Presidência da República. Agora, no mês de março quando se completaram os 100% concedidos aos servidores federais, os Parlamentares passaram a perceber, menos do que os Ministros do Supremo Tribunal Federal, inclusive, com descontos altíssimos para o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS e Partido Político, bem assim, o Imposto de Renda, com total redução do poder aquisitivo face a alta inflação / do País.

Portanto, torna-se necessário desde logo a fixação também do reajuste dos Parlamentares que não tem e não possuem vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de atividade profissional como os Magistrados e Membros do Ministério Público da União. Através do Of. GP 20/92, de 26 de março do corrente, S. Exa. o Presidente do STF comunica alteração ao art. 3º do Projeto para incluir os beneficiários dos Ministros falecidos.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Estão atendidas as preliminares de admissibilidade. Não há óbices de natureza constitucional que impeçam a apreciação do Projeto-de-Lei nº 2.592, de 1992.

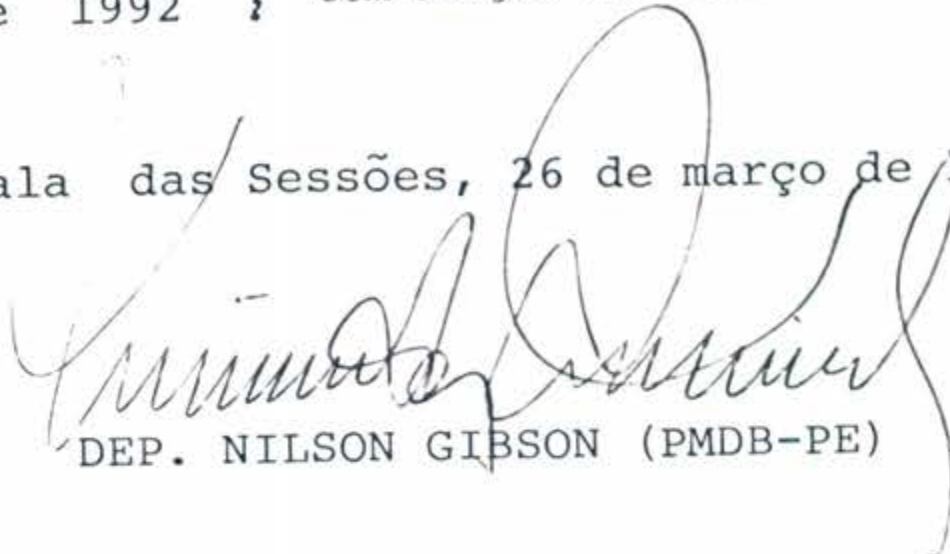
A técnica legislativa está corretamente utilizada. Faz-se no entanto necessária uma Emenda de Redação ao art. 4º para compatibilizá-lo com a alteração encaminhada pelo Autor.

Peio exposto, votamos pela constitucio-



nal , juridicidade e boa técnica legislativa deste Pro
jeto-de-Lei nº 2.592, de 1992 ; com adoção da Emenda .

Sala das Sessões, 26 de março de 1992.



DEP. NILSON GIBSON (PMDB-PE)

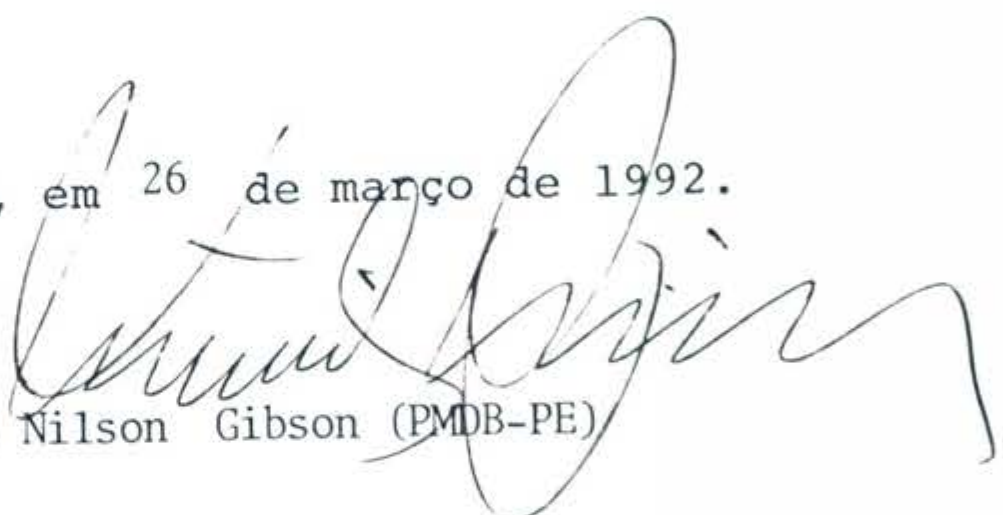


EMENDA DO RELATOR

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 2.592, de 1992,
a seguinte redação:

"Art. 4º Dos vencimentos previstos no art. 1º
e seu parágrafo único e dos proventos de aposentadoria e benefícios
que se refere o art. 3º, serão deduzidas as parcelas corresponden
tes, auferidas, desde 1º de novembro de 1991, com base na legislação
vigente. "

Sala das Sessões, em 26 de março de 1992.


Dep. Nilson Gibson (PMDB-PE)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dep. Germano Rigotto
Cab. 838

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.592, DE 1992

"Dispõe sobre os vencimentos dos
Ministros do Supremo Tribunal
Federal."

AUTOR: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RELATOR: Deputado ~~JOSÉ FALCÃO~~

Germano Rigotto

I - RELATÓRIO

Pela Mensagem nº 17/92, o Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminha ao Congresso Nacional projeto de lei que "dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O vencimento básico dos Ministros do Tribunal, a partir de 1º de novembro de 1991, passaria a ser de Cr\$ 1.615.670,00 (um milhão seiscentos e quinze mil seiscentos e setenta cruzeiros), mantido o percentual da verba de representação mensal estabelecido pelo Decreto-lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987.

Os vencimentos propostos seriam reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União e as disposições do Projeto se aplicariam, também, aos Ministros aposentados.

Como os valores do novo vencimento retroagem a 1º de novembro de 1991, prevê, o art. 4º do Projeto, a dedução das parcelas correspondentes já auferidas.



A Proposição foi distribuída a esta Comissão, que deverá manifestar-se sobre a adequação financeira e orçamentária e sobre o seu mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O reajuste do vencimento dos ministros de que trata esta proposição nada mais representa do que a aplicação dos mesmos percentuais de reajuste utilizados na fixação da remuneração dos Membros do Congresso Nacional. A sua aprovação, portanto, restaurará a relação de equivalência que deve ser mantida entre os vencimentos dos Três Poderes.

O parágrafo único do art. 169 da Constituição Federal estabelece que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, pelos órgãos e entidades de administração direta ou indireta, só poderá ser feita se houver:

1 - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

2 - autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias - LDO.

O Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, a vigorar no exercício de 1992, inclui dotações para aquele Tribunal suficientes para atender às despesas decorrentes da aprovação do presente projeto de lei.


O art. 29, inciso I, da Lei nº 8.211, de 22 de julho de 1991 - LDO, determina que a inclusão de dotações para



atender despesas, no Poder Judiciário, com custeio, inclusive com pessoal e encargos sociais, obedecerá às disposições do art. 11 da mesma lei. A leitura do art. 11 nos conduz, contudo, à conclusão de que os limites ali estabelecidos não se aplicam às despesas com pessoal e encargos sociais.

Voto, portanto, pela compatibilidade ou adequação do Projeto de Lei nº 2.592, de 1992, com a Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e com o Orçamento Anual, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1992.


Deputado JOSÉ FALCÃO
Relator

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.592-A, DE 1992

(DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL)
MENSAGEM Nº 17/92

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal; tendo pareceres: dos Relatores designados pela Mesa, em substituição às Comissões de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e, no mérito, pela aprovação; e, de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

(PROJETO DE LEI Nº 2.592, DE 1992, A QUE SE REFEREM OS PARECERES)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.592, DE 1992

(Do Supremo Tribunal Federal)

MENSAGEM Nº 17/92

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

(ÀS COMISSÕES DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54); E, DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO).

O CONGRESSO NACIONAL DECRETAR:

Art. 1º O vencimento básico dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de 1º de novembro de 1991, é fixado em Cr\$ 1.615.670,00 (Hum milhão, seiscentos e quinze mil, seiscentos e setenta cruzeiros).

Parágrafo único. A verba de representação mensal dos Ministros a que se refere este artigo continua a corresponder ao percentual estabelecido pelo Decreto-lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987.

Art. 2º Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior e seu parágrafo único serão reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União.

Art. 3º Aplicam-se aos Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal as disposições constantes desta Lei.

Art. 4º Dos vencimentos previstos no art. 1º e seu parágrafo único e dos proventos de aposentadoria a que se refere o art. 3º, serão deduzidas as parcelas correspondentes, auferidas, desde 1º de novembro de 1991, com base na legislação vigente.

Art. 5º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da União.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em de de 1992; 171ª da Independência e 104ª da República.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal estipulou, em seu art. 37, XI, que a lei fixará o limite máximo de remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos Poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal.

A Constituição estabelece, de outra parte, em seu art. 39, § 1º, que a lei assegurará isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de trabalho.

O princípio da isonomia entre servidores dos três Poderes, ocupantes de cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, pressupõe que os limites máximos, a que se refere o citado art. 37, XI, guardem, entre si, relação de equivalência. Elevado o limite máximo em um Poder, cumpre ajustar os limites máximos dos outros Poderes, em ordem a que o princípio da isonomia, entre servidores dos três Poderes da República, opere, na conformidade do espírito e sistema da nova ordem constitucional.

2. Da aplicação do disposto nas Resoluções nº 17, de 16 de dezembro de 1991, da Câmara dos Deputados e nº 85, de 17 de dezembro de 1991, do Senado Federal, resultaram, para os membros do Congresso Nacional, subsídios no valor de Cr\$ 3.056.709,73 e representação no valor de Cr\$ 2.145.748,32, somando Cr\$ 5.202.458,05, em cifras referentes ao mês de novembro do ano próximo passado.

Reproduz-se, assim, a situação contemplada na justificativa que este Tribunal enviou à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 02/88-G, de 1º de dezembro de 1988, acompanhando o projeto que se converteu na Lei nº 7.721, de 6 de janeiro de 1989.

Então como agora, para tornar viável a plena execução do estatuído no art. 37, incisos XI e XII, e o art. 39, § 1º, da Constituição Federal, em virtude das já mencionadas Resoluções da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, justifica-se a proposta constante do art. 1º e parágrafo único do Projeto, no sentido da fixação dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em valores que guardam correspondência com o estabelecido para os membros do Congresso Nacional.

3. Quanto à fixação dos vencimentos dos demais cargos da magistratura federal, o Supremo Tribunal Federal abstém-se de formular proposta, tendo em vista a competência privativa dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, prevista no art. 96, II, "b", da Constituição.



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELO AUTOR:

DECRETO-LEI N. 2.371 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre os vencimentos e a representação mensal devida aos servidores que especifica, e dá outras providências

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os vencimentos e a representação mensal devida aos ocupantes dos cargos de natureza especial e aos membros do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União são os especificados nos Anexos deste Decreto-Lei.

Art. 2.º O atual valor da vantagem pecuniária a que se refere a Lei n. 7.374 (¹), de 30 de setembro de 1985, fica reajustado em 32,2% (trinta e dois vírgula dois por cento).

Art. 3.º O deferimento da gratificação a que se refere o Decreto-Lei n. 2.357 (²), de 28 de agosto de 1987, com as alterações feitas pelos artigos 11 e

12 do Decreto-Lei n. 2.365 (³), de 27 de outubro de 1987, é estendido aos funcionários pertencentes à categoria funcional de Fiscal de Contribuições Previdenciárias do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização, instituído na conformidade da Lei n. 5.645 (⁴), de 10 de dezembro de 1970.

§ 1.º O valor da gratificação a ser deferida aos funcionários posicionados na primeira referência da classe inicial da categoria funcional de que trata esse artigo, mediante ato do dirigente do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, é fixado em Cz\$ 16.870,00 (dezesesseis mil, oitocentos e setenta cruzados).

§ 2.º As demais gratificações serão determinadas mediante a variação do valor fixado neste artigo, à razão de 5% (cinco por cento), em relação às referências anteriores.

Art. 4.º Os efeitos financeiros decorrentes do disposto nos artigos anteriores vigoram a partir de 1.º de outubro de 1987.

Art. 5.º Os vencimentos, proventos e benefícios devidos aos servidores de que trata este Decreto-Lei, bem como as pensões serão reajustados em 11,1% (onze vírgula um por cento), a partir de 1.º de janeiro de 1988, sem prejuízo do reajustamento previsto no artigo 8.º do Decreto-Lei n. 2.335 (⁵), de 12 de junho de 1987.

Art. 6.º Na aplicação deste Decreto-Lei será observado o disposto no Decreto-Lei n. 2.355 (⁶), de 27 de agosto de 1987.

Art. 7.º A despesa decorrente da execução do disposto neste Decreto-Lei correrá à conta das dotações do Orçamento Geral da União.

Art. 8.º Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República.

Luiz Carlos Bresser Pereira.

Aluizio Alves.

LEI N. 7721 — DE 6 DE JANEIRO DE 1989

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O vencimento básico dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de 6 de outubro de 1988, é fixado no valor de Cz\$ 828.250,00 (oitocentos e vinte e oito mil e duzentos e cinquenta cruzados).

Parágrafo único. A verba de representação mensal dos Ministros a que se refere este artigo continua a corresponder ao percentual estabelecido pelo Decreto-Lei n. 2.371 (¹), de 18 de novembro de 1987.

Art. 2.º A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada na base de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço, sobre o vencimento básico e a representação.

§ 1.º Para a gratificação adicional de que trata este artigo, será computado o tempo de advocacia, até o máximo de 15 (quinze) anos, desde que não concomitante com o tempo de serviço público.

§ 2.º A remuneração dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, considerado o básico, a verba de representação e vantagens pessoais (adicionais por tempo de serviço), não poderá ultrapassar o limite previsto no artigo 37, inciso XII, da Constituição Federal.

Art. 3.º (Vetado).

Art. 4.º Aplicam-se aos Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal as disposições constantes desta Lei.

Art. 5.º Os vencimentos e vantagens fixados nesta Lei vigorarão a partir de 6 de outubro de 1988, deduzidas as parcelas correspondentes auferidas, desde então, com base na legislação vigente.

Art. 6.º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento da União.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se o Decreto-Lei n. 2.019 (2), de 28 de março de 1983, e demais disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República.

Paulo Brossard.

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

Título III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capítulo VII

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XI — a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;

XII — os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

Seção II

Dos Servidores Públicos Cíveis

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico

único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1.º A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Título IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo III

DO PODER JUDICIÁRIO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 96. Compete privativamente:

II — ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juizes que lhes forem vinculados;

Dispõe sobre a aplicação de índices de reajustes para execução do disposto no art. 7º do Decreto Legislativo nº 64, de 1990.

Faço saber que o Senado Federal:

Considerando que o art. 7º do Decreto Legislativo nº 64, de 1990, dispõe que a remuneração dos parlamentares será reajustada por Atos das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

considerando que tal artigo determina que os reajustes far-se-ão na mesma data e no mesmo percentual fixado para os servidores da União;

considerando que o Poder Executivo vem concedendo reajustes em percentuais diferenciados, em datas diversas;

considerando os percentuais de reajustes aplicados aos vencimentos dos cargos de Secretários das Secretarias da Presidência da República e outros da mesma hierarquia, no Projeto de Lei nº 2.339-A, de 1991,


RESOLVE, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 35, DE 1991

Art. 1º - Para os efeitos do art. 7º do Decreto Legislativo nº 64, de 1990, e aplicação dos índices diferenciados do Projeto de Lei nº 2.339-A, de 1991, a Comissão Diretora do Senado Federal fará incidir o percentual de 99,867% sobre a remuneração dos Senadores, vigente em 1º de novembro de 1991.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 1º de novembro de 1991, e revoga, expressamente, a Resolução nº 68, de 10 de dezembro de 1991, do Senado Federal, e demais disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 17 DE DEZEMBRO DE 1991


SENADOR MAURO BENEVIDES
PRESIDENTE

Nota: O Projeto de Lei nº 2.339-A/91 transformou-se na Lei 8.270 (de 18.XII.91) - Em anexo

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1991

Dispõe sobre a aplicação de índices de reajuste para execução do disposto no artigo 7º, do Decreto Legislativo nº 64, de 1990.

Considerando que o art. 7º, do Decreto Legislativo dispõe que a remuneração dos parlamentares será reajustada por Atos das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

Considerando que tal artigo determina que os reajustes se farão na mesma data e no mesmo percentual fixado pelos Servidores da União;

Considerando que o Poder Executivo vem concedendo reajustes em percentuais diferenciados, em datas diversas;

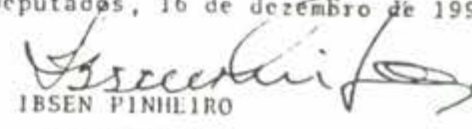
Considerando os percentuais concedidos ao reajuste dos vencimentos dos cargos dos Secretários das Secretarias da Presidência da República e outros da mesma hierarquia, no Projeto de Lei nº 2.339-A, de 1991,

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Para os efeitos do artigo 7º, do Decreto Legislativo nº 64, de 1990, e aplicação dos índices diferenciados do Projeto de Lei nº 2.339-A, de 1991, a Mesa da Câmara dos Deputados fará incidir o percentual de 99,867% sobre a remuneração dos Deputados vigente em 1º de novembro de 1991.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produz efeitos desde 1º de novembro de 1991, e revoga, expressamente a Resolução nº 16, de 5 de dezembro de 1991, e demais disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, 16 de dezembro de 1991


IBSEN PINHEIRO
Presidente

Mensagem nº 17/92-P

Brasília, 17 de março de 1992.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a apreciação do Congresso Nacional, nos termos do art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição, o anexo Projeto de Lei, que dispõe sobre a fixação de vencimentos dos membros do Supremo Tribunal Federal, acompanhado da respectiva justificativa.

Valho-me da oportunidade para reafirmar a Vossa Excelência protestos de alta consideração.


Ministro SYDNEY SANCHES
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado IBSEN PINHEIRO
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
BRASÍLIA-DF



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI nº 2.592, de 1992 .

Relator : Dep. Nilson Gibson (PMDB-Pe.)

Autor : SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .

RELATORIO

O ilustre Senhor Sydney Sanches, DD. Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos termos do alínea "b" , inciso II, do art. 96 enviou à Câmara dos Deputados , proposição fixando vencimentos dos Membros do Supremo Tribunal Federal .

A proposta justifica que a Constituição Federal dispõe, em seu art. 37, XI, que a lei fixará o limite / máximo de remuneração dos servidores públicos, observados , como limites máximos e no âmbito dos respectivos Poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por Membros do Judiciário, Ministros de Estado .

Ainda, a Constituição estabelece , em seu § 1º, do art. 39, que a lei assegurará isonomia de vencimentos / para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo , ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de trabalho .

Just



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 2 -

O princípio da isonomia entre servidores dos três Poderes, ocupantes de cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, pressupõe que os limites máximos, a que se refere o referido inciso XI, do art. 37, guardem / entre si, relação de equivalência. Elevado o limite máximo em um Poder, cumpre ajustar os limites máximos dos outros Poderes, em ordem a que o princípio da isonomia, entre servidores do Legislativo, Judiciário e Executivo. opere, na conformidade do espírito e sistema da nova ordem constitucional.

Pretende o Supremo Tribunal Federal / através da proposta a fixação dos vencimentos dos Ministros, em valores que guardem correspondência com o estabelecido para o Congresso Nacional, aplicado os dispostos / nas Resoluções nº 17, de 16/12/91 da Câmara dos Deputados e nº 85, de 17/12/91, do Senado Federal, Adotando, segundo o entendimento da justificativa que o STF formalizou, na Mensagem nº 02/88-G, de 1º de dezembro de 1988, acompanhando o projeto que se converteu na Lei nº 7.721, de 06/01/1989.

É mister salientar que os Ministros / do Supremo Tribunal Federal passarão a ganhar até CR\$17 milhões, evidentemente, mais do que os Parlamentares. A Constituição prevê equiparação com o Legislativo, inclusive, retroativo a novembro, em virtude dos Magistrado tiveram o reajuste de 35% concedido aos servidores, os Parlamentares, ganharam aumento de 99,867%, fundamentado na remuneração



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 3 -

então fixada para os Titulares das Secretarias da Presidência da República . Agora, no mês de março quando se completaram os 100% concedidos aos servidores federais, os Parlamentares passaram a perceber , menos do que os Ministros do Supremo Tribunal Federal, inclusive, com descontos altíssimos para o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS e Partido Político, bem assim, o Imposto de Renda , com total redução do poder aquisitivo face a alta inflação / do País .

Portanto, torna-se necessário desde logo a fixação também do reajuste dos Parlamentares que não tem e não possuem vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de atividade profissional como os Magistrados e Membros do Ministério Público da União . Através do Of. GP 20/92, de 26 de março do corrente, S. Exa. o Presidente do STF comunica alteração ao art. 3º do Projeto para incluir os beneficiários dos Ministros falecidos .

É o relatório .

VOTO DO RELATOR

Estão atendidas as preliminares de admissibilidade . Não há óbices de natureza constitucional que impeçam a apreciação do Projeto-de-Lei nº 2.592, de 1992 .

A técnica legislativa está corretamente utilizada . Faz-se no entanto necessária uma Emenda de Redação ao art. 4º para compatibilizá-lo com a alteração encaminhada pelo Autor.

Pelo exposto, votamos pela constitucio-



CÂMARA DOS DEPUTADOS

-4 -

nal , juridicidade e boa técnica legislativa deste Pro
jeto-de-Lei nº 2.592, de 1992 , com adoção da Emenda .

Sala das Sessões, 26 de março de 1992.


DEP. NILSON GIBSON (PMDB-PE)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA DO RELATOR

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 2.592, de 1992, a seguinte redação:

"Art. 4º Dos vencimentos previstos no art. 1º e seu parágrafo único e dos proventos de aposentadoria e benefícios a que se refere o art. 3º, serão deduzidas as parcelas correspondentes, auferidas, desde 1º de novembro de 1991, com base na legislação vigente. "

Sala das Sessões, em 26 de março de 1992.


Dep. Nilson Gibson (PMDB-PE)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.592, DE 1992

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal

Autor: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Relator:

R E L A T Ó R I O

Através da Mensagem nº 17/92, o Ministro-Presidente do Egrégio Supremo Tribunal Federal encaminhou à apreciação das Casas Legislativas este projeto que fixa o vencimento básico dos Ministros daquela Corte em Cr\$ 1.615.670,00 (hum milhão seiscentos e quinze mil seiscentos e setenta cruzeiros). A verba de representação mensal continua a corresponder ao percentual estabelecido pelo Decreto-lei nº 2371, de 1987. Os vencimentos estabelecidos serão reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União. Essas disposições são aplicáveis aos Ministros aposentados. Desses vencimentos, e dos proventos da aposentadoria, serão deduzidas as parcelas correspondentes, auferidas, desde 1º de novembro de 1991, com base na legislação vigente. As despesas resultantes correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento da União.

Na justificativa, é dito que se pretende assegurar a isonomia de vencimentos, face à edição das Resoluções



CÂMARA DOS DEPUTADOS 2,

nº 17/91, da Câmara dos Deputados, e 85/91, do Senado Federal.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Quanto aos aspectos da admissibilidade, nada a opor: trata-se de matéria da competência legislativa da União e da atribuição do Congresso Nacional (art. 48 da Carta Política), sendo sua iniciativa exclusiva (art. 96 do mesmo Texto Básico).

A técnica legislativa não merece reparos.

Relativamente ao mérito a matéria é conveniente e oportuna, merecendo aprovação. A norma do art. 39, §1º, da Carta Magna assegura isonomia entre servidores do mesmo Poder e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, apontando princípio a ser observado no presente caso.

DIANTE DO EXPOSTO, voto pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do P. L. 2.529, de 1992.

Sala das Sessões, em de março de 1992



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.592, DE 1992

"Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal."

AUTOR: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RELATOR: Deputado JOSÉ FALCÃO

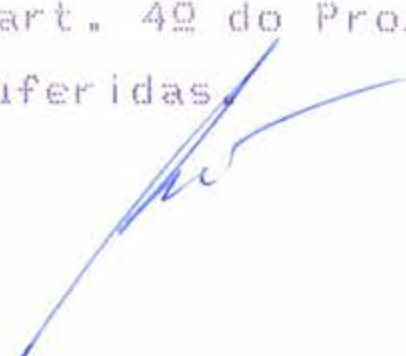
I - RELATÓRIO

Pela Mensagem nº 17/92, o Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminha ao Congresso Nacional projeto de lei que "dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal."

O vencimento básico dos Ministros do Tribunal, a partir de 1º de novembro de 1991, passaria a ser de Cr\$ 1.615.670,00 (um milhão seiscentos e quinze mil seiscentos e setenta cruzeiros), mantido o percentual da verba de representação mensal estabelecido pelo Decreto-lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987.

Os vencimentos propostos seriam reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União e as disposições do Projeto se aplicariam, também, aos Ministros aposentados.

Como os valores do novo vencimento retroagem a 1º de novembro de 1991, prevê, o art. 4º do Projeto, a dedução das parcelas correspondentes já auferidas.





A Proposição foi distribuída a esta Comissão, que deverá manifestar-se sobre a adequação financeira e orçamentária e sobre o seu mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O reajuste do vencimento dos ministros de que trata esta proposição nada mais representa do que a aplicação dos mesmos percentuais de reajuste utilizados na fixação da remuneração dos Membros do Congresso Nacional. A sua aprovação, portanto, restaurará a relação de equivalência que deve ser mantida entre os vencimentos dos Três Poderes.

O parágrafo único do art. 169 da Constituição Federal estabelece que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, pelos órgãos e entidades de administração direta ou indireta, só poderá ser feita se houver:

1 - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

2 - autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias - LDO.

O Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, a vigorar no exercício de 1992, inclui dotações para aquele Tribunal suficientes para atender às despesas decorrentes da aprovação do presente projeto de lei.


O art. 29, inciso I, da Lei nº 8.211, de 22 de julho de 1991 - LDO, determina que a inclusão de dotações para



atender despesas, no Poder Judiciário, com custeio, inclusive com pessoal e encargos sociais, obedecerá às disposições do art. 11 da mesma lei. A leitura do art. 11 nos conduz, contudo, à conclusão de que os limites ali estabelecidos não se aplicam às despesas com pessoal e encargos sociais.

Voto, portanto, pela compatibilidade ou adequação do Projeto de Lei nº 2.592, de 1992, com a Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e com o Orçamento Anual, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1992.


Deputado JOSÉ FALCÃO
Relator

Aprovada a emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, o projeto, com a alteração proposta pelo Autor e a redação final. A matéria vai ao Senado Federal.

Em 1º de abril de 1992.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.592-A, DE 1992

(Do Supremo Tribunal Federal)

MENSAGEM Nº 17/92

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal; tendo pareceres dos Relatores designados pela Mesa, em substituição às Comissões de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e, no mérito, pela aprovação; e, de Constituição e Justiça e de Redação, pela ~~constitucionalidade~~ constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

(PROJETO DE LEI Nº 2.592, DE 1992, A QUE SE REFEREM OS PARECERES)

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º O vencimento básico dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de 1º de novembro de 1991, é fixado em Cr\$ 1.615.670,00 (Hum milhão, seiscentos e quinze mil, seiscentos e setenta cruzeiros).

Parágrafo único. A verba de representação mensal dos Ministros a que se refere este artigo continua a corresponder ao percentual estabelecido pelo Decreto-lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987.

Art. 2º Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior e seu parágrafo único serão reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União.

Art. 3º Aplicam-se aos Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal as disposições constantes desta Lei.

Art. 4º Dos vencimentos previstos no art. 1º e seu parágrafo único e dos proventos de aposentadoria a que se refere o art. 3º, serão deduzidas as parcelas correspondentes, auferidas, desde 1º de novembro de 1991, com base na legislação vigente.

Art. 5º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da União.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em de de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal estipulou, em seu art. 37, XI, que a lei fixará o limite máximo de remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos Poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal.

A Constituição estabelece, de outra parte, em seu art. 39, § 1º, que a lei assegurará isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de trabalho.

O princípio da isonomia entre servidores dos três Poderes, ocupantes de cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, pressupõe que os limites máximos, a que se refere o citado art. 37, XI, guardem, entre si, relação de equivalência. Elevado o limite máximo em um Poder, cumpre ajustar os limites máximos dos outros Poderes, em ordem a que o princípio da isonomia, entre servidores dos três Poderes da República, opere, na conformidade do espírito e sistema da nova ordem constitucional.

2. Da aplicação do disposto nas Resoluções nº 17, de 16 de dezembro de 1991, da Câmara dos Deputados e nº 85, de 17 de dezembro de 1991, do Senado Federal, resultaram, para os membros do Congresso Nacional, subsídios no valor de Cr\$ 3.056.709,73 e representação no valor de Cr\$ 2.145.748,32, somando Cr\$ 5.202.458,05, em cifras referentes ao mês de novembro do ano próximo passado.

Reproduz-se, assim, a situação contemplada na justificativa que este Tribunal enviou à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 02/88-G, de 1º de dezembro de 1988, acompanhando o projeto que se converteu na Lei nº 7.721, de 6 de janeiro de 1989.

Então como agora, para tornar viável a plena execução do estatuído no art. 37, incisos XI e XII, e o art. 39, § 1º, da Constituição Federal, em virtude das já mencionadas Resoluções da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, justifica-se a proposta constante do art. 1º e parágrafo único do Projeto, no sentido da fixação dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em valores que guardam correspondência com o estabelecido para os membros do Congresso Nacional.

3. Quanto à fixação dos vencimentos dos demais cargos da magistratura federal, o Supremo Tribunal Federal abstém-se de formular proposta, tendo em vista a competência privativa dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, prevista no art. 96, II, "b", da Constituição.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELO AUTOR:

DECRETO-LEI N. 2.371 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre os vencimentos e a representação mensal devida aos servidores que especifica, e dá outras providências

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os vencimentos e a representação mensal devida aos ocupantes dos cargos de natureza especial e aos membros do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União são os especificados nos Anexos deste Decreto-Lei.

Art. 2.º O atual valor da vantagem pecuniária a que se refere a Lei n. 7.374 (¹), de 30 de setembro de 1985, fica reajustado em 32,2% (trinta e dois vírgula dois por cento).

Art. 3.º O deferimento da gratificação a que se refere o Decreto-Lei n. 2.357 (²), de 28 de agosto de 1987, com as alterações feitas pelos artigos 11 e

12 do Decreto-Lei n. 2.365 (¹), de 27 de outubro de 1987, é estendido aos funcionários pertencentes à categoria funcional de Fiscal de Contribuições Previdenciárias do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização, instituído na conformidade da Lei n. 5.645 (¹), de 10 de dezembro de 1970.

§ 1.º O valor da gratificação a ser deferida aos funcionários posicionados na primeira referência da classe inicial da categoria funcional de que trata esse artigo, mediante ato do dirigente do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, é fixado em Cz\$ 16.870,00 (dezesesseis mil, oitocentos e setenta cruzados).

§ 2.º As demais gratificações serão determinadas mediante a variação do valor fixado neste artigo, à razão de 5% (cinco por cento), em relação às referências anteriores.

Art. 4.º Os efeitos financeiros decorrentes do disposto nos artigos anteriores vigoram a partir de 1.º de outubro de 1987.

Art. 5.º Os vencimentos, proventos e benefícios devidos aos servidores de que trata este Decreto-Lei, bem como as pensões serão reajustados em 11,1% (onze vírgula um por cento), a partir de 1.º de janeiro de 1988, sem prejuízo do reajustamento previsto no artigo 8.º do Decreto-Lei n. 2.335 (¹), de 12 de junho de 1987.

Art. 6.º Na aplicação deste Decreto-Lei será observado o disposto no Decreto-Lei n. 2.355 (⁶), de 27 de agosto de 1987.

Art. 7.º A despesa decorrente da execução do disposto neste Decreto-Lei correrá à conta das dotações do Orçamento Geral da União.

Art. 8.º Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República.

Luiz Carlos Bresser Pereira.

Aluizio Alves.

LEI N. 7.721 — DE 6 DE JANEIRO DE 1989

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O vencimento básico dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de 6 de outubro de 1988, é fixado no valor de Cz\$ 828.250,00 (oitocentos e vinte e oito mil e duzentos e cinquenta cruzados).

Parágrafo único. A verba de representação mensal dos Ministros a que se refere este artigo continua a corresponder ao percentual estabelecido pelo Decreto-Lei n. 2.371 (¹), de 18 de novembro de 1987.

Art. 2.º A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada na base de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço, sobre o vencimento básico e a representação.

§ 1.º Para a gratificação adicional de que trata este artigo, será computado o tempo de advocacia, até o máximo de 15 (quinze) anos, desde que não concomitante com o tempo de serviço público.

§ 2.º A remuneração dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, considerado o básico, a verba de representação e vantagens pessoais (adicionais por tempo de serviço), não poderá ultrapassar o limite previsto no artigo 37, inciso XII, da Constituição Federal.

Art. 3.º (Vetado).

Art. 4.º Aplicam-se aos Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal as disposições constantes desta Lei.

Art. 5.º Os vencimentos e vantagens fixados nesta Lei vigorarão a partir de 6 de outubro de 1988, deduzidas as parcelas correspondentes auferidas, desde então, com base na legislação vigente.

Art. 6.º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento da União.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se o Decreto-Lei n. 2.019 (*), de 28 de março de 1983, e demais disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República.

Paulo Brossard.

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

Título III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capítulo VII

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XI — a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;

XII — os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

Seção II

Dos Servidores Públicos Cíveis

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1.º A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Título IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo III

DO PODER JUDICIÁRIO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 96. Compete privativamente:

II — ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juizes que lhes forem vinculados;

Dispõe sobre a aplicação de índices de reajustes para execução do disposto no art. 7º do Decreto Legislativo nº 64, de 1990.

Faço saber que o Senado Federal:

Considerando que o art. 7º do Decreto Legislativo nº 64, de 1990, dispõe que a remuneração dos parlamentares será reajustada por Atos das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

considerando que tal artigo determina que os reajustes far-se-ão na mesma data e no mesmo percentual fixado para os servidores da União;

considerando que o Poder Executivo vem concedendo reajustes em percentuais diferenciados, em datas diversas;

considerando os percentuais de reajustes aplicados aos vencimentos dos cargos de Secretários das Secretarias da Presidência da República e outros da mesma hierarquia, no Projeto de Lei nº 2.339-A, de 1991,


RESOLVE, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 35, DE 1991

Art. 1º - Para os efeitos do art. 7º do Decreto Legislativo nº 64, de 1990, e aplicação dos índices diferenciados do Projeto de Lei nº 2.339-A, de 1991, a Comissão Diretora do Senado Federal fará incidir o percentual de 99,867% sobre a remuneração dos Senadores, vigente em 1º de novembro de 1991.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 1º de novembro de 1991, e revoga, expressamente, a Resolução nº 68, de 10 de dezembro de 1991, do Senado Federal, e demais disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 17 DE DEZEMBRO DE 1991


SENADOR MAURO BENEVIDES
PRESIDENTE

Nota: O Projeto de Lei nº 2.339-A/91 transformou-se na Lei 8.270 (de 17 XII 91) → Em anexo

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1991

Dispõe sobre a aplicação de índices de reajuste para execução do disposto no artigo 7º, do Decreto Legislativo nº 64, de 1990.

Considerando que o art. 7º, do Decreto Legislativo dispõe que a remuneração dos parlamentares será reajustada por Atos das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

Considerando que tal artigo determina que os reajustes se farão na mesma data e no mesmo percentual fixado pelos Servidores da União;

Considerando que o Poder Executivo vem concedendo reajustes em percentuais diferenciados, em datas diversas;

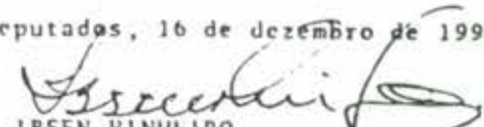
Considerando os percentuais concedidos ao reajuste dos vencimentos dos cargos dos Secretários das Secretarias da Presidência da República e outros da mesma hierarquia, no Projeto de Lei nº 2.339-A, de 1991,

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Para os efeitos do artigo 7º, do Decreto Legislativo nº 64, de 1990, e aplicação dos índices diferenciados do Projeto de Lei nº 2.339-A, de 1991, a Mesa da Câmara dos Deputados fará incidir o percentual de 99,867% sobre a remuneração dos Deputados vigente em 1º de novembro de 1991.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produz efeitos desde 1º de novembro de 1991, e revoga, expressamente a Resolução nº 16, de 5 de dezembro de 1991, e demais disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, 16 de dezembro de 1991


IBSEN PINHEIRO
Presidente

Mensagem nº 17/92-P

Brasília, 17 de março de 1992.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a apreciação do Congresso Nacional, nos termos do art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição, o anexo Projeto de Lei, que dispõe sobre a fixação de vencimentos dos membros do Supremo Tribunal Federal, acompanhado da respectiva justificativa.

Valho-me da oportunidade para reafirmar a Vossa Excelência protestos de alta consideração.


Ministro SYDNEY SANCHES
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado IBSEN PINHEIRO
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
BRASÍLIA-DF

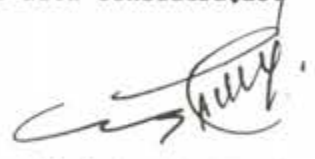
Supremo Tribunal Federal

OFÍCIO SP N.º 20, DE 26 DE MARÇO DE 1992

Senhor Presidente.

Em aditamento à mensagem nº 17/92, que encaminhou Projeto de Lei de fixação de vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, solicito a Vossa Excelência se digne introduzir alteração ao art. 3º, conforme consta do anexo.

Valho-me da oportunidade para reafirmar a Vossa Excelência protestos de alta consideração.


Ministro SYDNEY SANCHES
Presidente do
Supremo Tribunal Federal

Excelentíssimo Senhor
Deputado IBSEN PINHEIRO
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
BRASILIA - DF

Revisão como alteração da proposição inicial.
Em 26/3/92

Reservado

Proposta de alteração do Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 17, de 17.03.1992, dispondo sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 1º. Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º. Aplicam-se aos Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal e aos beneficiários dos falecidos as disposições constantes desta Lei."

JUSTIFICATIVA

A redação original do art. 3º do Projeto de Lei omitiu, por inadvertência, a extensão do reajuste aos beneficiários dos ministros falecidos (parágrafo 2º do art. 201 da Constituição Federal e artigos 185, parágrafo 1º, e 224 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990).

PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO.

I - RELATÓRIO

Pela Mensagem nº 17/92, o Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminha ao Congresso Nacional projeto de lei que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O vencimento básico dos Ministros do Tribunal, a partir de 1º de novembro de 1991, passaria a ser de Cr\$ 1.615.670,00 (um milhão seiscentos e quinze mil seiscentos e setenta cruzeiros), mantido o percentual da verba de representação mensal estabelecido pelo Decreto-lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987.

Os vencimentos propostos seriam reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União e as disposições do Projeto, se aplicariam, também, aos Ministros aposentados.

Como os valores do novo vencimento retroagem a 1º de novembro de 1991, prevê, o art. 4º do Projeto, a dedução das parcelas correspondentes já auferidas.

A Proposição foi distribuída a esta Comissão, que deverá manifestar-se sobre a adequação financeira e orçamentária e sobre o seu mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O reajuste do vencimento dos ministros de que trata esta proposição nada mais representa do que a aplicação dos mesmos percentuais de reajuste utilizados na fixação da remuneração dos Membros do Congresso Nacional. A sua aprovação, portanto, restaurará a relação de equivalência que deve ser mantida entre os vencimentos dos Três Poderes.

O parágrafo único do art. 169 da Constituição Federal estabelece que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, pelos órgãos e entidades de administração direta ou indireta, só poderá ser feita se houver:

1 - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

2 - autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias - LDO.

O Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, a vigorar no exercício de 1992, inclui dotações para aquele Tribunal suficientes para atender às despesas decorrentes da aprovação do presente projeto de lei.

O art. 2º, inciso I, da Lei nº 8.211, de 22 de julho de 1991 - LDO, determina que a inclusão de dotações para atender despesas, no Poder Judiciário, com custeio, inclusive com pessoal e encargos sociais, obedecerá às disposições do art. 11 da mesma lei. A leitura do art. 11 nos conduz, contudo, à conclusão de que os limites ali estabelecidos não se aplicam às despesas com pessoal e encargos sociais.

Voto, portanto, pela compatibilidade ou adequação do Projeto de Lei nº 2.592, de 1992, com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e com o Orçamento Anual, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1992.


Deputado JOSÉ FALCÃO
Relator

GERMANO RIGOTTO

PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA EM SUBSTITUIÇÃO
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

RELATORIO

O ilustre Senhor Sydney Sanches, DD. Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos termos do alínea "b", inciso II, do art. 96 enviou à Câmara dos Deputados, proposição fixando vencimentos dos Membros do Supremo Tribunal Federal.

A proposta justifica que a Constituição Federal dispõe, em seu art. 37, XI, que a lei fixará o limite / máximo de remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos Poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por Membros do Judiciário, Ministros de Estado.

Ainda, a Constituição estabelece, em seu § 1º, do art. 39, que a lei assegurará isonomia de vencimentos / para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de trabalho.

O princípio da isonomia entre servidores dos três Poderes, ocupantes de cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, pressupõe que os limites máximos, a que se refere o referido inciso XI, do art. 37, guardem / entre si, relação de equivalência. Elevado o limite máximo em um Poder, cumpre ajustar os limites máximos dos outros Poderes, em ordem a que o princípio da isonomia, entre servidores do Legislativo, Judiciário e Executivo, opere, na conformidade do espírito e sistema da nova ordem constitucional.

Pretende o Supremo Tribunal Federal / através da proposta a fixação dos vencimentos dos Ministros, em valores que guardem correspondência com o estabelecido para o Congresso Nacional, aplicado os dispostos / nas Resoluções nº 17, de 16/12/91 da Câmara dos Deputados e nº 85, de 17/12/91, do Senado Federal, Adotando, segundo o entendimento da justificativa que o STF formalizou, na Mensagem nº 02/88-G, de 1º de dezembro de 1988, acompanhando o projeto que se converteu na Lei nº 7.721, de 06/01/1989.

É mister salientar que os Ministros / do Supremo Tribunal Federal passarão a ganhar até CR\$17 milhões, evidentemente, mais do que os Parlamentares. A Constituição prevê equiparação com o Legislativo, inclusive, retroativo a novembro, em virtude dos Magistrados tiveram o reajuste de 35% concedido aos servidores, os Parlamentares, ganharam aumento de 99,867%, fundamentado na remuneração

então fixada para os Titulares das Secretarias da Presidência da República. Agora, no mês de março quando se completaram os 100% concedidos aos servidores federais, os Parlamentares passaram a perceber, menos do que os Ministros do Supremo Tribunal Federal, inclusive, com descontos altíssimos para o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS e Partido Político, bem assim, o Imposto de Renda, com total redução do poder aquisitivo face a alta inflação / do País.

Portanto, torna-se necessário desde logo a fixação também do reajuste dos Parlamentares que não tem e não possuem vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de atividade profissional como os Magistrados e Membros do Ministério Público da União. Através do Of. GP 20/92, de 26 de março do corrente, S. Exa. o Presidente do STF comunica alteração ao art. 3º do Projeto para incluir os beneficiários dos Ministros falecidos.

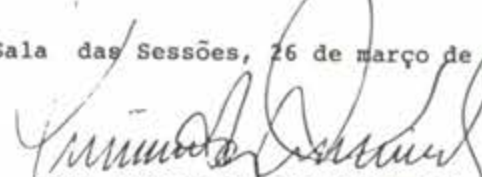
É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Estão atendidas as preliminares de admissibilidade. Não há óbices de natureza constitucional que impeçam a apreciação do Projeto-de-Lei nº 2.592, de 1992. A técnica legislativa está corretamente utilizada. Faz-se no entanto necessária uma Emenda de Redação ao art. 4º para compatibilizá-lo com a alteração encaminhada pelo Autor.

Pelo exposto, votamos pela constitucional, juridicidade e boa técnica legislativa deste Projeto-de-Lei nº 2.592, de 1992, com adoção da Emenda.

Sala das Sessões, 26 de março de 1992.

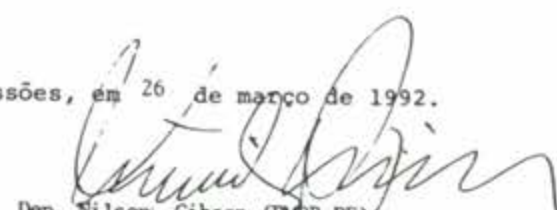

DEP. NILSON GIBSON (PMDB-PE)

EMENDA DO RELATOR

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 2.592, de 1992, a seguinte redação:

"Art. 4º Dos vencimentos previstos no art. 1º e seu parágrafo único e dos proventos de aposentadoria e benefícios - que se refere o art. 3º, serão deduzidas as parcelas correspondentes, auferidas, desde 1º de novembro de 1991, com base na legislação vigente."

Sala das Sessões, em 26 de março de 1992.


Dep. Nilson Gibson (PMDB-PE)



CÂMARA DOS DEPUTADOS *ITEM 2*

PROJETO DE LEI Nº 2.592-A, DE 1992
(DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL)

VOTAÇÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 2.592, DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE OS VENCIMENTOS DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; TENDO PARECERES DOS RELATORES DESIGNADOS PELA MESA, EM SUBSTITUIÇÃO ÀS COMISSÕES: DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, PELA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E, NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO (RELATOR: SR. GERMANO RIGOTTO); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE, TÉCNICA LEGISLATIVA E, NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA (RELATOR: SR. NILSON GIBSON).

A MATÉRIA TEVE SUA VOTAÇÃO ADIADA NA SESSÃO DO DIA 26 DE MARÇO DE 1992, POR FALTA DE QUORUM.

PASSA-SE À VOTAÇÃO DA MATÉRIA.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EM VOTAÇÃO A EMENDA OFERECIDA PELO RELATOR DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, JÁ PUBLICADA EM AVULSO.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

Ande



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EM VOTAÇÃO O PROJETO, COM A ALTERAÇÃO PROPOSTA PELO AUTOR.

Ando

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANÇEAM COMO SE ACHAM.

A MATÉRIA VAI AO SENADO FEDERAL.

Adiada a votação da matéria, por falta de quorum.

Em 26 de março de 1992.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.592, DE 1992

(Do Supremo Tribunal Federal)

MENSAGEM Nº 17/92

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

(ÀS COMISSÕES DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO).

COMISSÃO NACIONAL DE REFORMA

Art. 1º O vencimento básico dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de 1º de novembro de 1991, é fixado em Cr\$ 1.615.670,00 (Hum milhão, seiscentos e quinze mil, seiscentos e setenta cruzeiros).

Parágrafo único. A verba de representação mensal dos Ministros a que se refere este artigo continua a corresponder ao percentual estabelecido pelo Decreto-lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987.

Art. 2º Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior e seu parágrafo único serão reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União.

Art. 3º Aplicam-se aos Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal as disposições constantes desta Lei.

Art. 4º Dos vencimentos previstos no art. 1º e seu parágrafo único e dos proventos de aposentadoria a que se refere o art. 3º, serão deduzidas as parcelas correspondentes, auferidas, desde 1º de novembro de 1991, com base na legislação vigente.

Art. 5º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da União.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em de de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal estipulou, em seu art. 37, XI, que a lei fixará o limite máximo de remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos Poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal.

A Constituição estabelece, de outra parte, em seu art. 39, § 1º, que a lei assegurará isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de trabalho.

O princípio da isonomia entre servidores dos três Poderes, ocupantes de cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, pressupõe que os limites máximos, a que se refere o citado art. 37, XI, guardem, entre si, relação de equivalência. Elevado o limite máximo em um Poder, cumpre ajustar os limites máximos dos outros Poderes, em ordem a que o princípio da isonomia, entre servidores dos três Poderes da República, opere, na conformidade do espírito e sistema da nova ordem constitucional.

2. Da aplicação do disposto nas Resoluções nº 17, de 16 de dezembro de 1991, da Câmara dos Deputados e nº 85, de 17 de dezembro de 1991, do Senado Federal, resultaram, para os membros do Congresso Nacional, subsídios no valor de Cr\$ 3.056.709,73 e representação no valor de Cr\$ 2.145.748,32, somando Cr\$ 5.202.458,05, em cifras referentes ao mês de novembro do ano próximo passado.

Reproduz-se, assim, a situação contemplada na justificativa que este Tribunal enviou à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 02/88-G, de 1º de dezembro de 1988, acompanhando o projeto que se converteu na Lei nº 7.721, de 6 de janeiro de 1989.

Então como agora, para tornar viável a plena execução do estatuído no art. 37, incisos XI e XII, e o art. 39, § 1º, da Constituição Federal, em virtude das já mencionadas Resoluções da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, justifica-se a proposta constante do art. 1º e parágrafo único do Projeto, no sentido da fixação dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em valores que guardam correspondência com o estabelecido para os membros do Congresso Nacional.

3. Quanto à fixação dos vencimentos dos demais cargos da magistratura federal, o Supremo Tribunal Federal abstém-se de formular proposta, tendo em vista a competência privativa dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, prevista no art. 96, II, "b", da Constituição.



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELO AUTOR:

DECRETO-LEI N. 2.371 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre os vencimentos e a representação mensal devida aos servidores que especifica, e dá outras providências

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os vencimentos e a representação mensal devida aos ocupantes dos cargos de natureza especial e aos membros do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União são os especificados nos Anexos deste Decreto-Lei.

Art. 2.º O atual valor da vantagem pecuniária a que se refere a Lei n. 7.374 (¹), de 30 de setembro de 1985, fica reajustado em 32,2% (trinta e dois vírgula dois por cento).

Art. 3.º O deferimento da gratificação a que se refere o Decreto-Lei n. 2.357 (²), de 28 de agosto de 1987, com as alterações feitas pelos artigos 11 e

12 do Decreto-Lei n. 2.365 (³), de 27 de outubro de 1987, é estendido aos funcionários pertencentes à categoria funcional de Fiscal de Contribuições Previdenciárias do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização, instituído na conformidade da Lei n. 5.645 (⁴), de 10 de dezembro de 1970.

§ 1.º O valor da gratificação a ser deferida aos funcionários posicionados na primeira referência da classe inicial da categoria funcional de que trata esse artigo, mediante ato do dirigente do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, é fixado em Cz\$ 16.870,00 (dezesesseis mil, oitocentos e setenta cruzados).

§ 2.º As demais gratificações serão determinadas mediante a variação do valor fixado neste artigo, à razão de 5% (cinco por cento), em relação às referências anteriores.

Art. 4.º Os efeitos financeiros decorrentes do disposto nos artigos anteriores vigoram a partir de 1.º de outubro de 1987.

Art. 5.º Os vencimentos, proventos e benefícios devidos aos servidores de que trata este Decreto-Lei, bem como as pensões serão reajustados em 11,1% (onze vírgula um por cento), a partir de 1.º de janeiro de 1988, sem prejuízo do reajustamento previsto no artigo 8.º do Decreto-Lei n. 2.335 (⁵), de 12 de junho de 1987.

Art. 6.º Na aplicação deste Decreto-Lei será observado o disposto no Decreto-Lei n. 2.355 (⁶), de 27 de agosto de 1987.

Art. 7.º A despesa decorrente da execução do disposto neste Decreto-Lei correrá à conta das dotações do Orçamento Geral da União.

Art. 8.º Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República.

Luiz Carlos Bresser Pereira.

Aluizio Alves.

LEI Nº 7721 — DE 6 DE JANEIRO DE 1989

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O vencimento básico dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de 6 de outubro de 1988, é fixado no valor de Cz\$ 828.250,00 (oitocentos e vinte e oito mil e duzentos e cinquenta cruzados).

Parágrafo único. A verba de representação mensal dos Ministros a que se refere este artigo continua a corresponder ao percentual estabelecido pelo Decreto-Lei n. 2.371 (¹), de 18 de novembro de 1987.

Art. 2.º A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada na base de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço, sobre o vencimento básico e a representação.

§ 1.º Para a gratificação adicional de que trata este artigo, será computado o tempo de advocacia, até o máximo de 15 (quinze) anos, desde que não concomitante com o tempo de serviço público.

§ 2.º A remuneração dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, considerado o básico, a verba de representação e vantagens pessoais (adicionais por tempo de serviço), não poderá ultrapassar o limite previsto no artigo 37, inciso XII, da Constituição Federal.

Art. 3.º (Vetado).

Art. 4.º Aplicam-se aos Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal as disposições constantes desta Lei.

Art. 5.º Os vencimentos e vantagens fixados nesta Lei vigorarão a partir de 6 de outubro de 1988, deduzidas as parcelas correspondentes auferidas, desde então, com base na legislação vigente.

Art. 6.º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento da União.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se o Decreto-Lei n. 2.019 (2), de 28 de março de 1983, e demais disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República.

Paulo Brossard.

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

Título III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capítulo VII

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XI — a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;

XII — os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

Seção II

Dos Servidores Públicos Cíveis

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1.º A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Título IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo III

DO PODER JUDICIÁRIO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 96. Compete privativamente:

II — ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juizes que lhes forem vinculados;

Dispõe sobre a aplicação de índices de reajustes para execução do disposto no art. 7º do Decreto Legislativo nº 64, de 1990.

Faço saber que o Senado Federal:

Considerando que o art. 7º do Decreto Legislativo nº 64, de 1990, dispõe que a remuneração dos parlamentares será reajustada por Atos das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

considerando que tal artigo determina que os reajustes far-se-ão na mesma data e no mesmo percentual fixado para os servidores da União;

considerando que o Poder Executivo vem concedendo reajustes em percentuais diferenciados, em datas diversas;

considerando os percentuais de reajustes aplicados aos vencimentos dos cargos de Secretários das Secretarias da Presidência da República e outros da mesma hierarquia, no Projeto de Lei nº 2.339-A, de 1991,

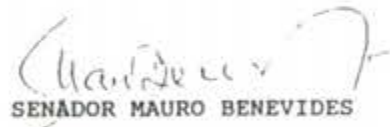
RESOLVE, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 15, DE 1991

Art. 1º - Para os efeitos do art. 7º do Decreto Legislativo nº 64, de 1990, e aplicação dos índices diferenciados do Projeto de Lei nº 2.339-A, de 1991, a Comissão Diretora do Senado Federal fará incidir o percentual de 99,867% sobre a remuneração dos Senadores, vigente em 1º de novembro de 1991.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 1º de novembro de 1991, e revoga, expressamente, a Resolução nº 68, de 10 de dezembro de 1991, do Senado Federal, e demais disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 17 DE DEZEMBRO DE 1991


SENADOR MAURO BENEVIDES
PRESIDENTE

Nota: O Projeto de Lei nº 2.339-A/91 transformou-se na Lei 8.270 (de 17.12.91) → Em anexo

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1991

Dispõe sobre a aplicação de índices de reajuste para execução do disposto no artigo 7º, do Decreto Legislativo nº 64, de 1990.

Considerando que o art. 7º, do Decreto Legislativo nº 64, de 1990, dispõe que a remuneração dos parlamentares será reajustada por Atos das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

Considerando que tal artigo determina que os reajustes se farão na mesma data e no mesmo percentual fixado pelos Servidores da União;

Considerando que o Poder Executivo vem concedendo reajustes em percentuais diferenciados, em datas diversas;

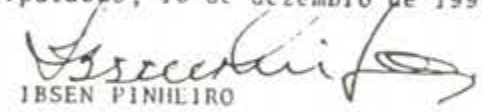
Considerando os percentuais concedidos ao reajuste dos vencimentos dos cargos dos Secretários das Secretarias da Presidência da República e outros da mesma hierarquia, no Projeto de Lei nº 2.339-A, de 1991,

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Para os efeitos do artigo 7º, do Decreto Legislativo nº 64, de 1990, e aplicação dos índices diferenciados do Projeto de Lei nº 2.339-A, de 1991, a Mesa da Câmara dos Deputados fará incidir o percentual de 99,867% sobre a remuneração dos Deputados vigente em 1º de novembro de 1991.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produz efeitos desde 1º de novembro de 1991, e revoga, expressamente a Resolução nº 16, de 5 de dezembro de 1991, e demais disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, 16 de dezembro de 1991


IBSEN PINHEIRO
Presidente

Mensagem nº 17/92-P

Brasília, 17 de março de 1992.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a apreciação do Congresso Nacional, nos termos do art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição, o anexo Projeto de Lei, que dispõe sobre a fixação de vencimentos dos membros do Supremo Tribunal Federal, acompanhado da respectiva justificativa.

Valho-me da oportunidade para reafirmar a Vossa Excelência protestos de alta consideração.


Ministro SYDNEY SANCHES
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado IBSEN PINHEIRO
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
BRASÍLIA-DF



REQUERIMENTO DE URGÊNCIA

Ando
25.3.92

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 155 do Regimento Interno, urgência especial para as seguintes proposições:

- PL. 2.592/92, do Supremo Tribunal Federal, que "dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal."

- PL. 2.613/92, do Superior Tribunal de Justiça, que "dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, dos Juizes dos Tribunais Regionais Federais, dos Juizes Federais e dos Juizes Federais substitutos."

- PL. 2.614/92, do Superior Tribunal Militar, que "dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal Militar e dos Juizes da Justiça Militar Federal."

- PL. 2.615/92, do Ministério Público da União, que "dispõe sobre os vencimentos dos Membros do Ministério Público da União e dá outras providências."

- PL. 2.621/92, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que "dispõe sobre os vencimentos dos Desembargadores, Juizes de Direito, Juizes de Direito Substitutos e Juizes de Direito dos Territórios, integrantes da Justiça do Distrito Federal e Territórios."

- PL. 2.631/92, do Tribunal Superior do Trabalho, que "dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, dos Juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Juizes Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Juizes do Trabalho Substitutos."

Sala das Sessões, em

Emides Brito - PTR
Phau - P.L.
Eduardo - PRL
Amorim - PMDB
Alcides - PDS
Sebio - P.S.B.
Leide - PRT
Luiz C. Hardy - PST
Marcelo - ADO 20400-PC-3
Julio Junior - JUTANX JUNIOR P.S.B.
PTB



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.592, DE 1992

"Dispõe sobre os vencimentos dos
Ministros do Supremo Tribunal
Federal."

AUTOR: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RELATOR: Deputado ~~JOSE FALCÃO~~

Germano Rigotto

I - RELATÓRIO

Pela Mensagem nº 17/92, o Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminha ao Congresso Nacional projeto de lei que "dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal."

O vencimento básico dos Ministros do Tribunal, a partir de 1º de novembro de 1991, passaria a ser de Cr\$ 1.615.670,00 (um milhão seiscentos e quinze mil seiscentos e setenta cruzeiros), mantido o percentual da verba de representação mensal estabelecido pelo Decreto-lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987.

Os vencimentos propostos seriam reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União e as disposições do Projeto se aplicariam, também, aos Ministros aposentados.

Como os valores do novo vencimento retroagem a 1º de novembro de 1991, prevê, o art. 4º do Projeto, a dedução das parcelas correspondentes já auferidas.



A Proposição foi distribuída a esta Comissão, que deverá manifestar-se sobre a adequação financeira e orçamentária e sobre o seu mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O reajuste do vencimento dos ministros de que trata esta proposição nada mais representa do que a aplicação dos mesmos percentuais de reajuste utilizados na fixação da remuneração dos Membros do Congresso Nacional. A sua aprovação, portanto, restaurará a relação de equivalência que deve ser mantida entre os vencimentos dos Três Poderes.

O parágrafo único do art. 169 da Constituição Federal estabelece que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, pelos órgãos e entidades de administração direta ou indireta, só poderá ser feita se houver:

1 - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

2 - autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias - LDO.

O Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, a vigorar no exercício de 1992, inclui dotações para aquele Tribunal suficientes para atender às despesas decorrentes da aprovação do presente projeto de lei.


O art. 29, inciso I, da Lei nº 8.211, de 22 de julho de 1991 - LDO, determina que a inclusão de dotações para



atender despesas, no Poder Judiciário, com custeio, inclusive com pessoal e encargos sociais, obedecerá às disposições do art. 11 da mesma lei. A leitura do art. 11 nos conduz, contudo, à conclusão de que os limites ali estabelecidos não se aplicam às despesas com pessoal e encargos sociais.

Voto, portanto, pela compatibilidade ou adequação do Projeto de Lei nº 2.592, de 1992, com a Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e com o Orçamento Anual, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1992.


Deputado JOSÉ FALCÃO
Relator



DECLARAÇÃO DE VOTO

VOTO FAVORAVELMENTE, POR SER DE JUSTIÇA, O PL QUE TRATA DOS VENCIMENTOS DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. (PL 2.592/92)

NO ENTANTO REGISTRO MINHA PREOCUPAÇÃO COM A FALTA DE DECISÃO POR PARTE DO S.T.F. NA QUESTÃO DOS 147% DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS.

ESPERO RECEBER DENTRO DO MAIS RÁPIDO ESPAÇO DE TEMPO POSSÍVEL, - RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES, DANDO CONTECIMENTO À ESTE PODER, QUANDO ENTRARÁ EM PAUTA TAIS MATÉRIAS.

AGUARDO ATENÇÃO NÃO A MIM, MAS AQUELES QUE CLAMAM PELA MINIMA, QUE É O PAGAMENTO

SALA DE SESSÕES 01/04/92
H. G. G. G.

ARmando Faria de Sá - D. Fed.



Rejeitado
24.3.92

395

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 155 - RI, URGÊNCIA ESPECIAL para os seguintes projetos:

PL 2592/92, do Supremo Tribunal Federal, que "dis^{po}õe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Fe^{de}deral"

PL 2613/92, do Superior Tribunal de Justiça, que "disp^oõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, dos Juizes dos Tri^{bu}naais Regionais Federais, dos Juizes Federais e dos Juizes Federais Substitutos".

PL 2614/92, do Superior Tribunal Militar, que "dis^{po}e sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal Mi^{li}litar e dos Juizes da Justiça Militar Federal".

PL 2615/92, do Ministério Público da União que "disp^oõe sobre os vencimentos dos membros do Ministério Público da União e da outras providências".

PL 2621/92, do Tribunal de Justiça do DF que "dis^{po}õe sobre os vencimentos dos Desembargadores, Juizes de Direi^{to}, Juizes de Direito Substitutos e Juizes de Direito dos Ter^{ri}itórios, integrantes da Justiça do Distrito Federal e Territ^órios".

PL 2631/92, do TST, que trata de vencimentos dos Ministros do TST e Juizes: dos Tribunais Regionais do Trabalho, Presidentes de Jun^{tas}tas de Conciliação e Julgamento, e Substitutos.

124
19 - [assinatura]
43
ALDO REBELO
NELSON MARQUEZELLI
PCB-30
PC do B-5
19
124
19 - [assinatura]
43
ALDO REBELO
NELSON MARQUEZELLI
PCB-30
PC do B-5
19

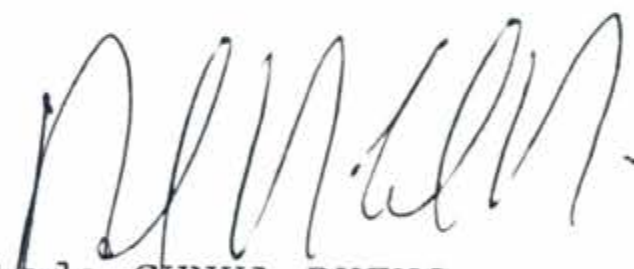
PS/GSE/045/92

Brasília, 2 de abril de 1992

Senhor Secretário,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, nos termos do Art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.592 - B, de 1992, que "dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal", apreciado pela Câmara dos Deputados, nos termos do Art. 96, II, "b", da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e apreço.



Deputado CUNHA BUENO
Primeiro-Secretário, em exercício

A Sua Excelência o Senhor
Senador DIRCEU CARNEIRO
DD. Primeiro-Secretário do Senado Federal
N E S T A



REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.592_B, DE 1992

Dispõe sobre os vencimentos
dos Ministros do Supremo
Tribunal Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O vencimento básico dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de 1º de novembro de 1991, é fixado em Cr\$1.615.670,00 (Hum milhão, seiscentos e quinze mil, seiscentos e setenta cruzeiros).

Parágrafo único. A verba de representação mensal dos Ministros a que se refere este artigo continua a corresponder ao percentual estabelecido pelo Decreto-lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987.

Art. 2º. Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior e seu parágrafo único serão reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União.

Art. 3º. Aplicam-se aos Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal e aos beneficiários dos falecidos as disposições constantes desta Lei.

Art. 4º. Dos vencimentos previstos no art. 1º e seu parágrafo único e dos proventos de aposentadoria e benefícios a que se refere o artigo anterior, serão deduzidas as parcelas correspondentes, auferidas desde 1º de novembro de 1991, com base na legislação vigente.

Art. 5º. As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da União.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1992.

Relator

Dispõe sobre os vencimentos
dos Ministros do Supremo
Tribunal Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O vencimento básico dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de 1º de novembro de 1991, é fixado em Cr\$1.615.670,00 (Hum milhão, seiscentos e quinze mil, seiscentos e setenta cruzeiros).

Parágrafo único. A verba de representação mensal dos Ministros a que se refere este artigo continua a corresponder ao percentual estabelecido pelo Decreto-lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987.

Art. 2º. Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior e seu parágrafo único serão reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União.

Art. 3º. Aplicam-se aos Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal e aos beneficiários dos falecidos as disposições constantes desta Lei.

Art. 4º. Dos vencimentos previstos no art. 1º e seu parágrafo único e dos proventos de aposentadoria e benefícios a que se refere o artigo anterior, serão deduzidas as parcelas correspondentes, auferidas desde 1º de novembro de 1991, com base na legislação vigente.

Art. 5º. As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da União.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 02 de abril de 1992.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
SEÇÃO DE SINOPSE

PROJETO DE LEI N.º 2.592

de 19 92

A U T O R

E M E N T A

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
(Fixando o vencimento básico dos ministros em CR\$ 1.615.670,00).

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
(MENSAGEM Nº 17/92)

A N D A M E N T O

Sancionado ou promulgado

Publicado no Diário Oficial de

Vetado

Razões do veto-publicadas no

MESA

Despacho: Às Comissões de Finanças e Tributação (Art. 54); e de Constituição e Justiça e de Redação.

PLENÁRIO

É lido e vai a imprimir.

DCN

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

25.03.92 Distribuído ao relator, Dep. JOSÉ FALCÃO.

DCN

VIDE VERSO.

PL. 2592/92

PLENÁRIO

24.03.92

Em votação requerimento dos Dep. Genebaldo Correia, líder do PMDB; José Luiz Maia, líder do PDS; Luis Eduardo, na qualidade de líder do BLOCO; Eden Pedroso, líder do PDT; Aldo Rebelo, líder do PC do B; Célio de Castro, líder do PSB; Nelson Marquezelli, líder do PTB; e Eduardo Siqueira Campos, líder do PDC, solicitando, nos termos do art. 155 do R.I., URGÊNCIA CONJUNTA para este e os PL. 2.613/92, 2.614/92, 2.615/92, PL. 2.621/92, e PL. 2.631/92: APROVADO.

Verificação de votação solicitada pelo Dep. Eduardo Jorge, líder do PT.

Em votação o requerimento: REJEITADO. SIM: 219, NÃO: 84; ABST: 08, TOTAL: 311.

PLENÁRIO

25.03.92

Em votação requerimento dos Dep. Genebaldo Correia, líder do PMDB; José Luiz Maia, líder do PDS; Célio de Castro, líder do PSB; Eden Pedroso, líder do PDT; Luis Carlos Hauly, líder do PST; Aldo Rebelo, líder do PC do B; Jutahy Junior, na qualidade de líder do PSDB; Eurides Brito, líder do PTR; Luis Eduardo, na qualidade de líder do BLOCO; Ricardo Izar, líder do PL; Nelson Marquezelli, líder do PTB; e E. Siqueira Campos, líder do PDC, solicitando, nos termos do art. 155 do R.I., URGÊNCIA CONJUNTA para este e os PL. 2.613/92, PL. 2.614/92, PL. 2.615/92, PL. 2.621/92, e PL. 2.631/92: APROVADO.

Verificação de votação solicitada pelo Dep. Eduardo Jorge, líder do PT.

Em votação o requerimento: APROVADO. SIM: 354; NÃO: 37; ABST: 07; TOTAL: 398.

PLENÁRIO

26.03.92

Discussão em Turno Único.

Designação do Dep. Germano Rigotto para proferir parecer em substituição à CFT, que conclui pela admissibilidade e, no mérito, pela aprovação.

Designação do Dep. Nilson Gibson para proferir parecer em substituição à CCJR, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da emenda do autor.

Discussão do projeto pelos Dep. José Fortunati e José Thomaz Nonô.

Encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de quorum.

ANDAMENTO

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

31.03.92 É lido e vai a imprimir, tendo pareceres dos Relatores designados pela Mesa, em substituição às Comissões: de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e, no mérito, pela aprovação; e, de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com adoção da emenda do autor.
(PL 2.592-A/92)

PLENÁRIO

01.04.92 Votação em Turno Único.

Em votação a Emenda da CCJR: APROVADA.

Em votação o projeto com alterações propostas pelo autor: APROVADO. Contra o voto do PT.
Vai à Redação Final.

PLENÁRIO

01.04.92 Em votação a Redação Final oferecida pelo relator, Dep.
Vai ao Senado Federal.
(PL 2.592-B/92)

: APROVADO.

AO SENADO FEDERAL, ATRAVÉS DO OF.



REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.592-B, DE 1992.

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O vencimento básico dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de 1º de novembro de 1991, é fixado em Cr\$1.615.670,00 (Hum milhão, seiscentos e quinze mil, seiscentos e setenta cruzeiros).

Parágrafo único. A verba de representação mensal dos Ministros a que se refere este artigo continua a corresponder ao percentual estabelecido pelo Decreto-lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987.

Art. 2º - Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior e seu parágrafo único serão reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União.

Art. 3º - Aplicam-se aos Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal as disposições constantes desta Lei.

Art. 4º - Dos vencimentos previstos no art. 1º e seu parágrafo único e dos proventos de aposentadoria e benefícios a que se refere o artigo anterior, serão deduzidas as parcelas correspondentes, auferidas, desde 1º de novembro de 1991, com base na legislação vigente.

[Assinatura]



Art. 5º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da União.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1992.

der laeu

Relator

CÂMARA DOS DEPUTADOS

-3 ABR 15 15 012413

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO GERAL

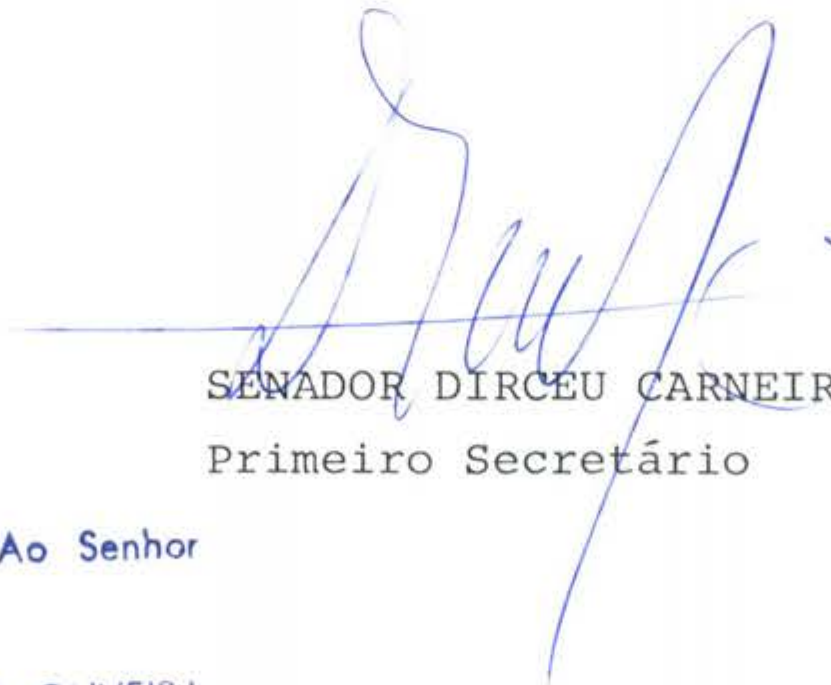
SM/Nº 164

Em 3 de abril de 1992

Senhor Primeiro Secretário

Comunico a Vossa Excelência que, aprovado sem alterações pelo Senado Federal, em revisão, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para os fins constantes do art. 66 da Constituição Federal, o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1992 (PL nº 2.592, de 1992, nessa Casa), que "dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.


SENADOR DIRCEU CARNEIRO
Primeiro Secretário

PRIMEIRA SECRETARIA

Em ____/____/92 Ao Senhor
Secretário-Geral da Mesa.

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA

DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
JF/.


Etevaldo Nogueira
Segundo Secretário

ARQUIVE-SE

Em

Secretário-Geral da Mesa

Des 69